



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS

RELATÓRIO E PARECER SOBRE O PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 103/X –
“IDENTIFICAÇÃO DE PROCESSOS E TÉCNICAS DE CONSTRUÇÃO DO BOTE BALEEIRO.”

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada 0693	Proc. n.º 109
Data 015/03/04	N.º 103/X

ANGRA DO HEROISMO, 03 DE MARÇO DE 2015



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS

CAPÍTULO I INTRODUÇÃO

O Projeto de Resolução em análise deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores no dia 05 de novembro de 2014 e foi submetido à apreciação da Comissão Permanente de Assuntos Sociais, por despacho da Presidente da Assembleia, emitido em 10 de novembro de 2014, para apreciação e emissão de parecer até ao dia 10 de dezembro de 2014.

Foi solicitada a prorrogação do prazo estabelecido para emissão de parecer, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis.

A prorrogação de prazo foi concedida, estabelecendo novo prazo para emissão de parecer até 10 de março de 2015.

CAPÍTULO II ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A apresentação do presente Projeto de Resolução, emanado pelo Grupo Parlamentar do PS, decorre da faculdade legal atribuída aos Deputados, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 31.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores (Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro), em conjugação com o disposto no artigo 114.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

O Projeto de Resolução em análise cumpre todos os requisitos exigidos pelo artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (Resolução n.º 15/2003/A, de 26 de novembro), o qual é aplicável por remissão do artigo 145.º do Regimento.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS

Assim, nos termos do disposto na alínea a) do artigo 42.º do Regimento, compete à respetiva comissão especializada permanente apreciar e elaborar o correspondente relatório sobre a presente iniciativa.

Por último, nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 30/2012/A, de 21 de dezembro, a matéria em apreço na presente iniciativa é da competência da Comissão de Assuntos Sociais.

CAPÍTULO III

PROCESSO DE ANÁLISE

Para o efeito, na reunião do dia 18 de dezembro de 2014, em Angra do Heroísmo, a Comissão deliberou, por unanimidade, proceder à audição do proponente da iniciativa (Grupo Parlamentar do PS), do Secretário Regional da Educação e Cultura (SREC), do Presidente do Núcleo do Bote Baleeiro do Clube Naval de Vila Franca do Campo e do Presidente da Comissão Regional do Património Baleeiro.

As audições ocorreram nos dias 19 e 20 de fevereiro de 2015, na delegação da Assembleia Legislativa, em Angra do Heroísmo.

Reunida novamente a de 03 de março de 2015, a Comissão procedeu à emissão de parecer e aprovação do respetivo relatório.

1) APRESENTAÇÃO DA INICIATIVA PELO PROPONENTE (GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA - PS):

A Deputada Renata Correia Botelho reconheceu a importância da baleação nos Açores, tal como a sua transversalidade a todas as ilhas do arquipélago. Disse que esta iniciativa decorre de um alerta feito ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista para a existência de uma técnica de construção diferenciada na Ilha de São Miguel. A deputada referiu que, da mesma forma que esta técnica que se diferencia da geral, outras poderão existir ao longo das nossas ilhas. Assim, o Partido Socialista considera importante fazer



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS

o reconhecimento de um património, que embora abandonado no que toca à atividade da caça à baleia, constitui uma incontornável peça identificativa da história, da nossa cultura e que, também encontrou uma forma de se perpetuar para as gerações vindouras derivando para uma perspetiva lúdica e turística. Deste modo, a recolha e identificação das várias técnicas de construção que foram prática corrente na história da baleação açoriana, bem como das vivências que as circundam, é um passo importante para enriquecer o leque de elementos do património imaterial dos Açores.

2) AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA (SREC), AVELINO DE FREITAS DE MENESES:

O SREC iniciou a sua audição fazendo uma resenha histórica da caça à baleia nos Açores. Desde o seu surgimento pela primeira vez, em 1766, pela mão de estrangeiros, ao facto de no Séc. XIX o Porto da Horta ser a plataforma logística da baleação norte-americana, e onde os açorianos desempenhavam um papel de serviços nessa atividade. Finalmente, foi na transição para o Séc. XX que a baleação começou efetivamente a ganhar importância na atividade económica dos Açores, em muito derivado aos antecedentes que foram prática na Região ao longo dos anos, como pelo facto de algumas ilhas não conseguirem a sua sustentabilidade na produção de vinho, ou ainda na produção de cereais. Mais tarde, entre o final do Séc XIX e década de 60 do Séc XX, a caça à baleia foi encarada como um complemento à criação de gado e como uma alternativa para a atividade económica da exportação.

Referências à baleação e à importância que esta teve na evolução da nossa história, estão bem patentes seja no Museu do Pico, um dos quatro Museus dos Açores com referências à baleação e que integra 3 polos: 2 núcleos do Museu dos Baleeiros e 1 polo da Indústria Baleeira nos Açores; seja pela classificação da chaminé da antiga Fábrica de São Vicente Ferreira, em São Miguel, como ainda pela recuperação da antiga Fábrica da Baleia, na ilha das Flores e adaptação a Centro de Interpretação Ambiental do Boqueirão. Em termos legislativos, o intento de recuperar e preservar o património baleeiro também é visível pelo Decreto Legislativo Regional n.º 13/2014/A, de 24 de julho, como pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 2/2015/A, de 28 de janeiro. De



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS

igual forma, é importante referir que, em 2014, o Observatório do Mar dos Açores procedeu à revisão do património baleeiro e criou o Roteiro do Património Baleeiro, contribuindo para a divulgação e valorização de peças históricas desta atividade, como contribuiu para uma constante sensibilização das nossas gentes em relação à importância que este passado tem na nossa identidade cultural.

Ao que tudo indica, existe em São Miguel, efetivamente, uma singularidade no que respeita à construção do bote baleeiro micalense e que deriva da baleeira açoriana. A identificação do processo e técnicas de construção que estiveram na sua origem será, com certeza, mais um contributo para o estudo da baleação açoriana e para a identificação da nossa singularidade atlântica.

Finda a apreciação da iniciativa, o Secretário Regional disponibilizou-se para responder às questões que os deputados entendessem colocar, momento que foi utilizado pelos deputados José Andrade, Cláudio Lopes e pela deputada Renata Correia Botelho.

O Deputado José Andrade questionou o SREC, sobre a forma que o Governo considera mais adequada para desenvolver o trabalho de identificação e inventariação dos diferentes processos e técnicas tradicionais da construção dos botes baleeiros e se este trabalho será realizado pelos técnicos e serviços dependentes da Secretaria que tutela ou se pondera adjudicá-lo a uma entidade não governamental. Questionou ainda se o Governo considera o prazo de 18 meses indicado no Projeto de Resolução como insuficiente, adequado ou excessivo para realizar o trabalho proposto.

O SREC respondeu que os estudos necessários serão realizados por coordenação da Direção Regional da Cultura, não dispensado o recurso às várias estruturas museológicas existentes, à documentação bibliotecária e também recorrendo aos especialistas e autodidatas nesta matéria, fiéis depositários de conhecimentos que não se podem perder. Em suma, o trabalho dependerá essencialmente daquela Direção Regional, não existindo qualquer inconveniente em recorrer a um ou outro serviço de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS

âmbito não governamental se tal se afigurar necessário. Quanto ao prazo indicado, respondeu que a Direção Regional da Cultura considera este prazo suficiente.

O deputado José Andrade questionou o SREC, na sequência das referências que este fez às antigas fábricas da baleia de São Vicente Ferreira (São Miguel) e do Boqueirão (Flores), sobre a situação em que se encontra o anunciado processo de classificação do que resta da primeira e sobre a entrada em pleno funcionamento da obra de recuperação e musealização da segunda.

O SREC explicou que a referência a essas duas situações decorreu do enquadramento que fez de como a baleação é transversal a todas as ilhas e da expressão cultural que simboliza para os Açores. De qualquer forma, em relação à Fábrica da Baleia de São Vicente Ferreira, o SREC disse não ter informação disponível para fornecer; referiu-se apenas ao processo de classificação da chaminé dessa Fábrica. Em relação à antiga Fábrica da Baleia do Boqueirão, este é um projeto desenvolvido pela Sociedade Ilhas de Valor, S.A. pelo que não tem a informação precisa do desenvolvimento do projeto.

O Deputado Cláudio Lopes (deputado do PSD pela ilha do Pico, a assistir à reunião) interveio destacando a importância do património baleeiro na Região, em particular nas ilhas do triângulo, e do esforço que foi feito, sobretudo nas últimas duas décadas, para recuperar e valorizar toda a história da caça à baleia nos Açores. Este foi um trabalho meritório realizado em conjunto por coletividades locais e pelas autarquias. Nesse seguimento, o deputado sublinhou o esforço efetuado por muitos e alertou para que, em detrimento de novas construções, não seja esquecida a necessidade de manter esse trabalho procedendo à manutenção do património identificado, sendo que as coletividades que os detêm não têm recursos financeiros suficientes para fazer esse trabalho autonomamente.

O deputado José Andrade informou que o Grupo Parlamentar do PSD reuniu oportunamente com o Clube Naval de Vila Franca do Campo, a pedido deste, e que a respetiva Secção do Bote Baleeiro solicitou aos Deputados que formulassem ao Governo Regional as seguintes quatro questões:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS

- É de conhecimento do Governo Regional que existe um modelo construtivo de bote baleeiro, em São Miguel, que se diferencia dos que são utilizados nas demais ilhas dos Açores?

- O Governo Regional tem ou não interesse na recuperação e preservação deste modelo específico de bote baleeiro?

- Se o Governo Regional reconhece o estado de abandono a que está entregue o património baleeiro em São Miguel e se preconiza algumas medidas para contrariar esta situação?

- Qual a proporcionalidade de dinheiros públicos que foram atribuídos à Ilha de São Miguel desde 1998 até hoje, destinados a serem investidos na recuperação do património baleeiro?

O SREC começou a responder à última questão, explicando que não é detentor do número absoluto, naquele preciso momento, mas que em números relativos, é uma percentagem pequena comparada com outras ilhas dos Açores. Mas esta pergunta encontra o seu enquadramento no que já dissera inicialmente, pois esta comparação não é correta, nem precisa, uma vez que, como disse, as ilhas maiores tem uma história cultural diversificada das mais pequenas, e que a recuperação do património baleeiro nas ilhas do Faial, Pico e São Jorge decorreu da dianteira levada a cabo pelas forças vivas daquelas ilhas, na defesa e valorização de um património que os identifica de modo muito particular.

Quanto à terceira questão, o SREC respondeu que o património está identificado, pelo que não incorre em risco de se perder. Ao longo dos anos, e pela diversidade existente, é natural que algum património tenha sido mais deixado ao acaso, como é o caso da Fábrica de São Vicente Ferreira.

Quanto às primeira e segunda questões, o SREC respondeu afirmativamente. Sim, existe o conhecimento dessa singularidade, que segundo os especialistas poderá derivar da baleeira norte americana e obviamente existe todo o interesse em preservar essa singularidade e os restantes materiais que ainda existam.

A deputada Renata Correia Botelho interveio, chamando à atenção para que o objetivo deste Projeto de Resolução não se restringe à ilha de São Miguel, pretende-se



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS

com este fazer um levantamento da identificação de outras possíveis técnicas de construção do bote baleeiro existentes ao longo do arquipélago. Explicou que o intuito deste Projeto de Resolução não é apoiar a recuperação, até porque cairia numa duplicação de apoios; para esse fim, já existe legislação em vigor e que se destina especificamente a apoiar a recuperação do património baleeiro.

O SREC esclareceu que julga não ter sido perentório ao considerar como certeza que este bote micaelense seja o único que se possa diferenciar dos demais ao longo das restantes ilhas dos Açores. Disse admitir perfeitamente a possibilidade de existir outro(s) bote(s) que pela sua construção e técnicas aplicadas, se diferencie dos demais, tal como acontece com este bote baleeiro micaelense.

3) AUDIÇÃO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO REGIONAL DO PATRIMÓNIO BALEEIRO, DR. MANUEL COSTA:

O Dr. Manuel Costa disse ter vindo a acompanhar o processo de levantamento histórico feito ao património baleeiro na Região ao longo dos anos. Este património representa uma figura emblemática da nossa identidade seja a nível regional, nacional, como até internacional. Referiu que esta projeção do património baleeiro foi mais visível a partir de 1998, após o Governo Regional ter impulsionado os apoios nesta área, mas que a sensibilização, consolidação e fortalecimento deste património e desta identidade cultural nasceu muito antes disso, pela pulsão das comunidades locais, pela força popular que iniciou este movimento para perpetuar uma memória coletiva, a nossa memória. “A memória é o que fica da realidade”, sublinhou o Dr. Manuel Costa. Por isso, a memória baleeira teima em permanecer nuns locais e tende a desaparecer noutros locais. A caça à baleia foi uma atividade transversal a todas as ilhas do arquipélago, mas o modo como as populações se apropriam dessa memória é que distingue a valorização diferenciada que existe pelas diversas ilhas. A centralidade existente na ilha do Pico decorre da inevitabilidade histórica que lhe está associada. Mas, independentemente desta forte componente histórica, a centralidade presente, muito viva pelo Centro de Atividade Baleeira dos Açores, poderia não estar tão patente nesta ilha se as populações não se tivessem apropriado naturalmente dessa memória. Atualmente o Museu do Pico é



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS

realmente mais um museu da história da baleação do Pico, do que da baleação Regional. Aspeto que o Dr. Manuel Costa disse não ser estanque, até porque considera que a confiança dada à ilha do Pico deve saber conferir nos seus espaços toda uma narrativa Regional. Defendeu que não há pior na museologia do que criar réplicas, optar por fazer mimetismos em contextos que não fazem sentido. Tal não invalida que não seja salvaguardado todo o património específico existente na Região. O Governo Regional tem apostado numa lógica harmoniosa da Região como um todo, respeitando as especificidades. E a especificidade do Pico foi, e é realmente, toda a componente histórica em volta da baleação açoriana. Esta aposta não tem passado despercebida, muito pelo contrário, em 2014 o Museu do Pico teve 35 000 visitas, o que representa 40 % da procura regional na área da museologia.

De seguida, o Dr. Manuel Costa mostrou-se disponível para responder a questões ou dúvidas que os deputados entendessem colocar. Esta oportunidade foi utilizada pela deputada Renata Correia Botelho e pelo deputado José Andrade.

A deputada Renata Correia Botelho informou o Dr. Manuel Costa que, o PS como proponente da iniciativa não questiona a centralidade legítima que a ilha do Pico tem no que respeita a história da baleação pelo contrário, reconhece-lhe todas as evidências históricas para que assim tenha sido e continue a ser. Efetivamente, toda a história da baleação açoriana aponta para que esta atividade se tenha pronunciado com muita mais força nas ilhas do triângulo. Nem tão pouco se pretende com esta iniciativa sejam criadas réplicas ou haja duplicação de estratégias que estão a funcionar muito bem em outras ilhas. O objetivo deste Projeto de Resolução é fazer um levantamento imaterial das diferentes técnicas de construção do bote baleiro que possam existir ao longo das ilhas, tal como foram alertados para essa realidade existente em São Miguel, numa técnica diferenciada e particular daquela ilha, reconhecendo que o mesmo possa acontecer noutras ilhas e a importância que significa imortalizar estes registos identitários da nossa história cultural.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS

O deputado José Andrade questionou o Dr. Manuel Costa, na qualidade de Presidente da Comissão Regional do Património Baleeiro dos Açores, se reconhece a necessidade de identificação e inventariação proposta no Projeto de Resolução em análise; se tem conhecimento da existência de características distintas nas técnicas de construção dos botes baleeiros entre diferentes ilhas do arquipélago, e se reconhece características diferenciadoras no bote baleeiro micalense, considerando, designadamente, o exemplar “Santa Joana”, propriedade da Região, que se encontra em exposição permanente no Centro Comercial Parque Atlântico, em Ponta Delgada.

O Dr. Manuel Costa congratulou a deputada do Partido Socialista, Renata Correia Botelho, pela visão Regional demonstrada. Acrescentou que o Museu do Pico ainda se encontra inacabado e que lhe cabe também o papel de não se focar apenas numa dimensão local, mas ser capaz de explicar e perpetuar toda a história baleeira Regional.

Quanto às questões levantadas pelo deputado José Andrade, o Dr. Manuel Costa respondeu que existe um bote baleeiro açoriano, e que este deriva da bote baleeiro norte americano. Admite existirem particularidades distintas, tal como acontece com a viola da terra, em que existe a viola terceirense e a viola da terra das restantes 8 ilhas do arquipélago. O bote baleeiro açoriano tem funções e uma tipologia de construção semelhante ao longo de todo o arquipélago; não há nada que indique que possam existir botes diferentes uns dos outros. Existe sim, naturalmente, especificidades decorrentes da própria marca identitária de cada construtor. O bote baleeiro micalense é identificado por uma construção clássica, que remonta ao Séc. XIX. As suas particularidades assentam sobretudo nas funções para as quais foi construído, a sua dimensão funcional sobrepõe-se à função estética dos restantes botes e isto porque surge num contexto empresarial. A sua função primordial assentava numa lógica capitalista, de contenção de custos e maximização de resultados; com menos recursos conseguir produzir mais; de facto, esta embarcação, muito mais simples na forma de construção também reduzia os seus custos para metade do valor despendido na sua construção.

O deputado José Andrade questionou o Dr. Manuel Costa sobre a sua opinião quanto à forma mais adequada de desenvolver a inventariação das técnicas de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS

construção propostas no Projeto de Resolução; e se terá conhecimento da existência e do paradeiro de oito exemplares deste bote baleeiro micaelense, porventura dispersos entre São Miguel, S. Jorge e New Bedford...

O Dr. Manuel Costa disse considerar 18 meses como um prazo satisfatório para a Direção Regional da Cultura fazer este levantamento e registo do conjunto das técnicas de construção do bote baleeiro açoriano. Existe 2 perspectivas a considerar: a teórica e a conceptual. Na perspectiva teórica deve-se recorrer ao conhecimento empírico, registando os depoimentos dos antigos construtores navais, bem como recorrer à Universidade dos Açores, aos Centros de Ciência e reunir as várias sinergias existentes, cruzando o saber empírico com o saber científico. Na perspectiva conceptual, o Dr. Manuel Costa aconselha a que se recorra à bibliografia americana para perceber de que forma se passou desta forma de conceção para a particularidade patente no bote baleeiro micaelense. Em relação à existência e localização dos botes baleeiros, o Dr. Manuel Costa disse saber que, após o fim da atividade baleeira, alguns botes foram vendidos para o exterior. Sabe da existência de um na Holanda e de um em New Bedford, mas este de tipologia regional e não micaelense. O Dr. Manuel Costa concluiu sublinhando que a comunidade preserva o que entende dever preservar. Que as dinâmicas querem-se coletivas, acompanhadas por uma dinâmica popular e não exclusivamente de elites. Que não basta conservar e estudar o património histórico, mas que é necessário ter a capacidade de reinventá-lo ao serviço de uma lógica identitária, sendo que para efeitos de museologia basta recuperar um exemplar. A recuperação de mais botes enquadra-se em outros contextos, seja numa dinâmica lúdica, desportiva ou até turística.

4) AUDIÇÃO DO PRESIDENTE DO NÚCLEO DO BOTE BALEEIRO DO CLUBE NAVAL DE VILA FRANCA DO CAMPO, DR. MIGUEL CRAVINHO:

O Dr. Miguel Cravinho iniciou a audição com um agradecimento generalizado, elogiando a iniciativa, pelo impacto que esta dinâmica pode representar numa abertura interessante ao mar e ao aprofundamento da cultura da baleação açoriana.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS

De seguida, manifestou-se à disposição dos senhores deputados que pretendessem colocar dúvidas ou esclarecimentos, nos quais possa ser útil. Este período foi utilizado pelas deputadas Renata Correia Botelho e Cecília Pavão, e pelo deputado José Andrade.

A deputada Renata Correia Botelho disse que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista ficou sensível à exposição feita pelo Dr. Miguel Cravinho quanto à existência de uma diferença de técnicas de construção do bote baleeiro micaelense e que, desta forma, entendeu impulsionar o reconhecimento das técnicas de construção do bote baleeiro por meio de uma inventariação de técnicas e vivências e, portanto numa dimensão mais imaterial desse património e da possibilidade desta se estender por outras partes do arquipélago. Não se pretende com isto, retirar a centralidade museológica da caça à baleia existente, e bem viva, na lha do Pico mas sim, fazer uma abordagem arquipelágica do que foi na realidade, a caça à baleia nas 9 ilhas do arquipélago. Após o enquadramento que a deputada considerou pertinente fazer, questionou o Dr. Miguel Cravinho sobre a opinião deste relativamente ao Projeto de Resolução em concreto, mas também a perceção deste relativamente aos considerandos e parte resolutiva da proposta.

O Dr. Miguel Cravinho respondeu que todo este processo anda à volta do contributo que pode ser feito à baleação açoriana, assente numa ótica construtiva. Concordou que a centralidade da ilha do Pico não se põe em causa e que é, aliás, no reconhecimento desta centralidade que o Museu Baleeiro do Pico é responsável por toda área do Património Baleeiro dos Açores. Este Projeto de Resolução vem ao encontro da dimensão arquipelágica pretendida, porque o reconhecimento de especificidades e métodos de construção será um importante contributo para a valorização de projetos que venham a surgir no futuro. Por um lado, vai permitir a existência de embarcações físicas que possam desenvolver áreas de interesse ligadas ao mar, como a vela ou outras atividades desportivas.

O Deputado José Andrade felicitou o Dr. Miguel Cravinho pelo esforço meritório de colocar este assunto cultural na agenda política regional. De seguida,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS

questionou se a Secção do Bote Baleeiro do Clube Naval de Vila Franca do Campo se considera satisfeita com o teor do Projeto de Resolução, quanto ao objeto pretendido e ao prazo definido. Questionou também se tem conhecimento de quantos botes baleeiros micaelenses existem e qual a sua localização atual; sobre quais são, em concreto, as diferenças desta embarcação em relação às demais; e sobre quais os passos que considera que devam ser dados depois de concluída a execução do objeto da Resolução.

A deputada Cecília Pavão disse enaltecer a iniciativa e o esforço levado a cabo pelo Clube Naval de Vila Franca do Campo no sentido de ver reconhecido este património imaterial que se refere em concreto, à tipologia de construção do bote baleeiro micaelense, um bote mais pobre esteticamente que os restantes mas por outro lado, um bote mais rápido e mais rentável. Desta forma, questionou o Dr. Miguel Cravinho qual a opinião deste em relação ao que está vertido no Projeto de Resolução e se corresponde às expetativas criadas pelo Núcleo do Bote Baleeiro do Clube Naval de Vila Franca do Campo.

O Dr. Miguel Cravinho congratulou-se pelo consenso demonstrado pelo PSD em materializar a intenção subjacente à proposta. Quanto às expetativas, disse esperar que esta Resolução abra portas à criação de um fundo específico no âmbito dos apoios à reconstrução de botes baleeiros durante o corrente ano e que possam ser utilizados por todas as entidades interessadas, nomeadamente o Clube Naval de Vila Franca do Campo. A par do registo da memória é também importante disponibilizar essa informação por exemplo por material editável com diversos formatos. O Projeto de Resolução não enquadra esta vertente de divulgação, nem se reconhece a possibilidade de transmitir os meios financeiros para esses fins, cinge-se à definição do âmbito, objeto e prazo temporal para a realização do objetivo.

Em relação ao número de botes micaelenses existentes, o Dr. Miguel Cravinho remete para um relatório que foi aprovado pelo Conselho de ilha de São Miguel e onde estão referenciados 6 botes dispersos pela Holanda, França, Santa Maria e o que está exposto no Parque Atlântico, em Ponta Delgada. Pelos registos da capitania existe a indicação de 20 botes em São Miguel, mas não há conhecimento de algum ter sido recuperado. E isto mesmo vem justificar a importância de um estudo de recolha das



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS

técnicas de construção do bote micalense, dos elementos diferenciadores, mas também de material promovedor dessas especificidades regionais.

O deputado José Andrade questionou o Dr. Miguel Cravinho sobre a entidade que operacionalizar este estudo, se apenas pela Direção Regional competente e os seus serviços dependentes ou, de preferência, recorrendo a eventuais parcerias com entidades externas.

O Dr. Miguel Cravinho respondeu que não lhe cabe a si dizer ao Governo Regional como deve conduzir a política cultural da Região. Sabe da existência de um grupo de cidadãos e instituições que estão disponíveis para colaborar neste processo, mas nada mais além disso. Comentou que esta é uma oportunidade muito interessante de estudar o património marítimo micalense, designadamente a construção do bote baleeiro e como tal, considerou ser interessante aproveitar o estímulo local e quem sabe até das escolas. Porque, concluiu, esta ação sairá enriquecida se for usada como um veículo de transmissão das técnicas de construção do bote baleeiro, ao mesmo tempo que concretiza o objetivo da Resolução.

Outros Pareceres:

Não foram solicitados pareceres escritos no âmbito da apreciação desta iniciativa.

CAPÍTULO IV

APRECIÇÃO NA GENERALIDADE

A iniciativa começa por salientar que “A história da baleação nos Açores revela-se transversal a todas as ilhas do arquipélago, configurando uma importante e incontornável peça histórica da nossa identidade insular, de uma cultura que é nossa e que nos une.”

Seguidamente, refere-se que “O bote baleeiro é, independentemente da técnica de construção utilizada, o mais importante vestígio material do património baleeiro e da cultura da baleação.”



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS

Acrescentando-se que “Tal património, pertença de todo o povo Açoriano, é resultado da capacidade criativa e do génio inventivo dos primeiros grandes construtores navais açorianos.”

Daí defender-se que importa “entender as várias técnicas, estudá-las, conhecer as comunidades nas quais surgiram, as vivências que lhe eram inerentes, as inúmeras razões que terão levado a essas especializações.

Assim, a presente iniciativa pretende, em concreto, que:

- 1. “A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomende ao Governo Regional dos Açores que desenvolva os procedimentos necessários à identificação e inventariação dos diferentes processos e técnicas tradicionais de construção dos botes baleeiros e das suas especificidades na História e no património imaterial da baleação dos Açores.**
- 2. A identificação e inventariação referida no número anterior deve estar concluída no prazo de 18 (dezoito) meses a contar da data de publicação da presente resolução.”**

CAPÍTULO V PARECER

Assim, a Comissão deliberou, por maioria, emitir parecer favorável à aprovação, pelo Plenário da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, do Projeto de Resolução – “Identificação de Processo e Técnicas de Construção do Bote Baleeiro”, com o voto a favor da iniciativa por parte do PS e com a abstenção com reserva de posição para plenário por parte do PSD, CDS-PP e PPM.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS

A Representação Parlamentar do PCP, com assento na Comissão Permanente de Assuntos Sociais, embora sem direito a voto, declarou abster-se, reservando a sua posição para plenário.

A Relatora

(Arlinda Nunes)

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente

(Domingos Cunha)